

PT

2019

Programa de trabalho



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
12, rue Alcide De Gasperi
1615 Luxembourg
LUXEMBOURG

Tel. +352 4398-1

Informações: eca.europa.eu/pt/Pages/ContactForm.aspx

Sítio Internet: eca.europa.eu

Twitter: [@EUAuditors](https://twitter.com/EUAuditors)

Encontram-se mais informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>)

©União Europeia, 2018.

A autorização para utilizar ou reproduzir fotografias ou qualquer outro material em relação ao qual a União Europeia não tenha direitos de autor deve ser diretamente solicitada aos titulares dos direitos de autor.

Prefácio



Enquanto auditor externo independente da União Europeia (UE), a função do Tribunal é verificar se os fundos da UE são cobrados e despendidos em conformidade com as regras e os regulamentos aplicáveis e corretamente contabilizados. A UE atinge provavelmente maior impacto através das suas ações de regulamentação e de acordos internacionais em domínios como o comércio. Embora o orçamento anual total da UE, de aproximadamente 140 mil milhões de euros, possa parecer elevado, em termos orçamentais é bastante reduzido, representando apenas cerca de 1% do rendimento nacional bruto do conjunto dos Estados-Membros da UE, cuja despesa pública total é

50 vezes superior. Por conseguinte, é ainda mais importante despendar o orçamento da UE de forma eficaz, razão pela qual, cada vez mais, o nosso trabalho consiste em avaliar se as políticas e os programas da UE alcançam os seus objetivos e acrescentam valor.

Esse trabalho será mais importante do que nunca em 2019: as negociações do quadro financeiro plurianual (QFP) da UE para os anos de 2021 a 2027 estarão concluídas até ao final do ano, o Reino Unido terá saído da UE e haverá um Parlamento Europeu recentemente eleito.

O nosso programa de trabalho de 2019 abrange um vasto leque de questões que refletem os desafios que a UE enfrenta atualmente. Incide nas principais preocupações da utilização sustentável dos recursos naturais, do crescimento e da inclusão, da migração, da segurança e do desenvolvimento global, do mercado único e de uma UE responsável e eficiente. Continuaremos a examinar todos estes domínios para determinar se a UE está a cumprir o que prometeu.

Selecionámos as tarefas de auditoria com base numa avaliação dos principais riscos relacionados com as despesas da UE e a aplicação das políticas, tendo também simultaneamente em conta as sugestões apresentadas.

Diversas tarefas selecionadas para 2019, que abrangem, entre outros temas, a recolocação de migrantes e os auxílios estatais da UE aos bancos, têm uma prioridade especialmente elevada. Pretendemos finalizar os nossos trabalhos sobre estas questões a tempo de permitir a publicação dos respetivos relatórios até ao final de 2019. Várias outras tarefas de auditoria e de exame serão também concluídas no decurso do ano.

Encontrará em seguida uma lista pormenorizada dos relatórios especiais e produtos baseados em exames que tencionamos publicar em 2019.

Acreditamos que a vasta gama de temas abrangidos no nosso programa de trabalho de 2019 nos permitirá continuar a apresentar aos cidadãos da UE, bem como aos nossos parceiros institucionais e partes interessadas tanto a nível da UE como dos Estados-Membros, relatórios independentes e objetivos sobre questões essenciais para o futuro da UE, que salientem o que funciona bem e chamem a atenção para o que não funciona.



Klaus-Heiner Lehne
Presidente

Relatórios especiais e outros produtos a publicar em 2019

Nível de prioridade	Designação da tarefa	Objetivo da tarefa
Utilização sustentável dos recursos naturais e resposta às alterações climáticas		
Altamente prioritário	Pesticidas	Esta auditoria tem por objetivo avaliar se as ações da UE para a utilização sustentável de pesticidas estão a produzir resultados.
	Investimentos em energia verde	A auditoria proposta tem por objetivo analisar se as políticas climáticas e energéticas da UE incluem critérios ecológicos claros ao decidir quais os investimentos a realizar.
Prioritário	Produtos alimentares biológicos	A auditoria incidirá no sistema de controlo aplicável à produção, transformação, distribuição e importação de produtos biológicos.
	Cuidados de saúde transfronteiriços	Examinar a eficácia do acompanhamento e supervisão, pela Comissão, da aplicação da diretiva relativa aos cuidados de saúde transfronteiriços, os resultados alcançados até à data, o quadro instituído e as ações cofinanciadas pela UE para apoiar a referida aplicação.
	Investigação e inovação para o clima e a energia	O âmbito da auditoria é avaliar o apoio da Comissão à investigação e inovação no que diz respeito ao armazenamento da energia.
	Estabilização dos rendimentos na PAC	Esta auditoria centrar-se-á nos instrumentos de gestão dos riscos propostos pela PAC (ou seja, seguros, fundos mutualistas e instrumentos de estabilização dos rendimentos), especialmente a sua aplicação e as complementaridades/sinergias com outras medidas.
	Inventários de gases com efeito de estufa	Examinar o sistema da UE de recolha, verificação e comunicação de dados sobre as emissões de GEE e as medidas de atenuação.
	Segurança nuclear	Examinar a forma como a Comissão e os Estados-Membros se prepararam para a segurança nuclear, a radioproteção, as salvaguardas nucleares, a gestão dos resíduos radioativos e a proteção nuclear.
	Sistema da UE de medição das emissões dos veículos	O objetivo é descrever os problemas e as reações institucionais em relação às emissões dos veículos.

Nível de prioridade	Designação da tarefa	Objetivo da tarefa
Utilização sustentável dos recursos naturais e resposta às alterações climáticas		
	Resistência antimicrobiana	A auditoria proposta tem por objetivo fazer o balanço e avaliar a eficácia das ações a nível da UE para combater a ameaça crescente da resistência antimicrobiana (RAM).
	Contas europeias do ambiente	O âmbito desta auditoria centrar-se-á, sobretudo, no papel da Comissão na gestão das contas europeias do ambiente.

Nível de prioridade	Designação da tarefa	Objetivo da tarefa
Investimento para a coesão, o crescimento e a inclusão		
Altamente prioritário	Estradas entre regiões europeias	A auditoria proposta visa avaliar o modo como os projetos rodoviários selecionados estão a concretizar os objetivos estratégicos que consistem em reforçar a conectividade intrarregional e a proporcionar formas de otimizar a circulação de bens e pessoas, reduzindo os atuais estrangulamentos nos fluxos de tráfego.
	Investimentos culturais da UE	A auditoria proposta visa avaliar a eficácia e a complementaridade do financiamento da UE no domínio da cultura.
Prioritário	Custos da execução dos FEEI no período de 2014-2020	A auditoria pretende avaliar a existência e a fiabilidade das informações disponíveis sobre os custos de execução da política de coesão e a respetiva utilização pela Comissão e pelos Estados-Membros.
	Fraude no domínio da coesão	Avaliar se as autoridades dos programas gerem de forma adequada as medidas antifraude nas despesas da política de coesão da UE.
	Energia eólica e solar fotovoltaica	Avaliar a conceção, a execução e o acompanhamento das estratégias da UE e nacionais em matéria de produção de energia eólica e solar fotovoltaica, bem como apurar se o quadro jurídico nacional e da UE e o financiamento apoiam as estratégias de forma eficaz.
	Implantação do SESAR	A auditoria pretende analisar a necessidade e a conceção da intervenção da UE na fase de implantação do projeto de Investigação sobre a Gestão do Tráfego Aéreo (ATM) no Céu Único Europeu (SESAR), a gestão do financiamento da UE concedido e em que medida estão realmente a ser obtidos ganhos de desempenho para o ATM europeu.
	Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA)	A eficiência e a eficácia da Agência em termos de custos podem ser medidas através da avaliação dos seguintes aspetos: estratégia e mandato; governação e gestão dos programas; despesas administrativas e gestão do pessoal.
	Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD)	Avaliar se a conceção do FEAD lhe permite ser um instrumento eficaz da UE para reduzir a pobreza e contribuir para a inclusão social das pessoas mais carenciadas.
Ensinamentos retirados no domínio da coesão	O documento informativo proposto visa resumir e analisar as principais observações de auditoria ainda pertinentes que foram formuladas nos relatórios especiais do TCE no domínio da coesão para os períodos de 2007-2013 e 2014-2020.	

Nível de prioridade	Designação da tarefa	Objetivo da tarefa
Desafios em matéria de migração, segurança e desenvolvimento sustentável à escala mundial		
Altamente prioritário	Recolocação de migrantes	A auditoria proposta tem por objetivo avaliar o papel da Comissão na aplicação do regime de recolocação de emergência (contingentes), instituído pelas decisões 2015/1523 e 2015/1601 do Conselho, e realizar um seguimento aprofundado do Relatório Especial nº 6/2017, "Resposta da UE à crise dos refugiados: a abordagem dos "centros de registo"".
	Qualidade dos dados de apoio orçamental	A auditoria proposta visa avaliar se os dados de desempenho utilizados pela Comissão para o desembolso de parcelas variáveis de apoio orçamental são fiáveis e se as afirmações da Comissão sobre a eficácia do apoio orçamental são justificadas.
	Defesa	O documento informativo proposto visa examinar a política de defesa da UE, incluindo as suas modalidades de cooperação e de governação, os resultados alcançados e o valor acrescentado dos seus instrumentos de financiamento que contribuem para a defesa.
Prioritário	Controlo das fronteiras (Sistemas de informação da Segurança Interna)	A auditoria avaliará se os Estados-Membros e os organismos da UE trabalham em conjunto para assegurar que estão disponíveis as ferramentas e as informações necessárias para manter os elevados níveis de segurança nas fronteiras da UE (governação, coordenação e cooperação). Incidirá sobre as informações e as ferramentas disponíveis para os guardas de fronteira e pretenderá determinar se os sistemas de informação satisfazem as necessidades desses guardas (disponibilidade das informações, formação e apoio).

Nível de prioridade	Designação da tarefa	Objetivo da tarefa
Funcionamento do mercado único e união monetária sustentável		
Altamente prioritário	Auxílios estatais da UE aos bancos	A auditoria proposta tem por objetivo avaliar a eficiência e a eficácia dos procedimentos da UE relativos aos auxílios estatais e à ajuda concedida pelo Fundo.
Prioritário	Vulnerabilidade do comércio eletrónico à fraude fiscal	Avaliar se o quadro regulamentar e de controlo criado pela Comissão e pelos Estados-Membros em matéria de cobrança do IVA e de direitos aduaneiros, relacionado com o comércio eletrónico, é eficiente e garante a proteção do orçamento da UE.
	Capital de risco	Avaliar o papel da Comissão na gestão dos instrumentos financeiros de capital de risco no âmbito dos vários programas.
	Teste de esforço da EBA em toda a UE	Avaliar se os testes de esforço dos bancos em toda a UE se tornaram mais eficazes e eficientes.
	Política de concorrência da UE	Avaliar a garantia da aplicação da política de concorrência da UE no domínio das fusões, cartéis e anti-trust.
	Estabilidade orçamental na UE	Auditoria da eficácia da ação da Comissão ao avaliar a conceção e aplicação dos quadros orçamentais nacionais conducentes ao cumprimento dos objetivos do PEC pelos Estados-Membros, como exigido ao abrigo do "Six Pack", do "Two Pack" e do Pacto Orçamental.
	Inovação pelas PME	A auditoria proposta tem por objetivo avaliar se a Comissão geriu bem o financiamento da investigação no âmbito do Horizonte 2020 para apoiar o êxito das atividades de inovação das PME, prestando especial atenção à avaliação dos riscos que se colocam ao valor acrescentado da UE e à complementaridade com outros programas e fundos nacionais e da UE.

Nível de prioridade	Designação da tarefa	Objetivo da tarefa
Financiamento e administração da União de forma responsável e eficiente		
Altamente prioritário	Quadro deontológico em instituições da UE selecionadas	Avaliar se as instituições da UE selecionadas dispõem de quadros deontológicos adequados. O Tribunal examinará os requisitos éticos legais, os procedimentos para a garantia da aplicação de quadros deontológicos e a sensibilização e a perceção desses quadros pelo pessoal.
	Legislar melhor	O documento informativo proposto visa reunir os resultados das auditorias e dos exames do TCE sobre as iniciativas atuais "Legislar Melhor" da Comissão para o início da próxima legislatura (ou seja, o segundo semestre de 2019).
Prioritário	Reforma do Estatuto dos Funcionários	Avaliar se a revisão de 2014 do Estatuto dos Funcionários conduziu a ganhos de eficiência na Comissão.
	Participação do público no processo legislativo da UE	Avaliar se as consultas públicas da Comissão são eficazes. O Tribunal irá centrar-se na conceção e execução do quadro da Comissão para as consultas públicas.
	Relatórios sobre sustentabilidade	A tarefa proposta visa avaliar se a Comissão e as outras instituições da UE, bem como as agências da UE, comunicam informações sobre a sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 de forma estratégica e estruturada.

Sobre o Tribunal



Colégio do TCE na sua reunião de 12 de julho de 2018

Enquanto auditor externo da União Europeia, a missão do Tribunal é contribuir para a melhoria da gestão financeira da UE, promover a prestação de contas e a transparência e atuar como guardião independente dos interesses financeiros dos cidadãos da UE.

O TCE chama a atenção para os riscos, fornece garantias e indica as insuficiências e os êxitos.

Também oferece orientações destinadas aos decisores políticos e legisladores da UE sobre a forma de melhorar as políticas e os programas da UE.

Os relatórios e pareceres de auditoria do Tribunal são um elemento essencial da cadeia de prestação de contas da UE, já que são utilizados para pedir contas aos responsáveis pela execução das políticas e programas da UE: a Comissão, as outras instituições e organismos da UE, bem como as administrações dos Estados-Membros.

Por último, através do seu trabalho, o TCE pretende contribuir para ajudar os cidadãos a melhor compreenderem a forma como a UE e os seus Estados-Membros dão resposta aos desafios atuais e futuros.

As realizações do Tribunal

O Tribunal elabora:

- ✓ **relatórios anuais** sobre o orçamento da UE e os Fundos Europeus de Desenvolvimento, incluindo uma declaração de fiabilidade;
- ✓ **relatórios especiais** sobre temas de auditoria selecionados, publicados ao longo do ano, essencialmente na sequência de auditorias de resultados;
- ✓ **pareceres** utilizados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho quando da aprovação de legislação e outras decisões da UE;
- ✓ **relatórios anuais específicos**, que apresentam as opiniões do Tribunal resultantes da auditoria financeira efetuada a cada uma das várias agências e organismos da UE;
- ✓ **publicações baseadas em exames**, como os exames panorâmicos, os documentos informativos e os exames rápidos de casos;
- ✓ **relatórios anuais de atividades**, que fornecem informações e esclarecimentos sobre as atividades do Tribunal nesse ano.

CONTACTAR A UE

Pessoalmente

Em toda a União Europeia há centenas de centros de informação Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em: <http://europa.eu/contact>.

Telefone ou correio eletrónico

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
- pelo telefone fixo: +32 22999696, ou
- por correio eletrónico, na página: <http://europa.eu/contact>.

ENCONTRAR INFORMAÇÕES SOBRE A UE

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa: <http://europa.eu>.

Publicações da UE

As publicações da UE, quer gratuitas quer pagas, podem ser descarregadas ou encomendadas na EU Bookshop: <http://publications.europa.eu/eubookshop>. Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o serviço Europe Direct ou um centro de informação local (ver <http://europa.eu/contact>).

Legislação da UE e documentos conexos

Para ter acesso à informação jurídica da UE, incluindo toda a legislação da UE desde 1951 em todas as versões linguísticas oficiais, visite o sítio EUR-Lex em: <http://eur-lex.europa.eu>.

Dados abertos da UE

O Portal de Dados Abertos da União Europeia (<http://data.europa.eu/euodp>) disponibiliza o acesso a conjuntos de dados da UE. Os dados podem ser utilizados e reutilizados gratuitamente para fins comerciais e não comerciais.

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
12, rue Alcide De Gasperi
1615 Luxembourg
LUXEMBOURG
eca-info@eca.europa.eu
eca.europa.eu



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU



Serviço das Publicações